

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## FORMAÇÃO DA AGROVILA RIO NOVO À CIDADE DE RUBIATABA/GOIÁS E AS CADEIAS PRODUTIVAS

Dalvani Alves de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa versa sobre a origem da cidade de Rubiataba, situada no Centro Oeste Goiano, tendo como objetivo entender como se deu a formação do seu território, formular um diagnóstico das principais áreas produtoras e de geração de renda da agrovila Povoado do Rio Novo e analisar como a produção atual impacta ou causa a degradação do meio ambiente da cidade Rubiataba. A pesquisa utilizou uma abordagem bibliográfica e documental, busca e organização de dados além da produção de produtos cartográficos analíticos. O estudo permite concluir que existe uma concentração de poder na indústria de: produção de álcool e açúcar, moveleira e confecções que são as principais áreas produtoras as quais causam um desgaste ambiental significativo.

**Palavras-chave:** colônia agrícola-Vale do São Patrício-Rubiataba

### 1. INTRODUÇÃO

No afã de formar novas cidades, ações governamentais no contexto sócio-político de Goiás visavam a “ocupação do interior brasileiro” (SILVA, 2011, p.24) e, por consequência, o desenvolvimento deste Estado com foco na expansão territorial. Em consonância com o planejamento do Governo Federal, isto é, a partir do projeto intitulado “marcha para o oeste” o Governo do Estado de Goiás cria uma agrovila, próxima a Colônia Agrícola de Ceres. Tal agrovila denominada de Rio Novo, que posteriormente, quando foi elevada à município, recebe o nome de Rubiataba. A escolha do município de Rubiataba para estudo deve-se à ausência de pesquisas específicas sobre a agrovila, ou seja, como se deu a divisão territorial, o estabelecimento das cadeias produtivas, a geração de empregos, a evolução do processo educacional da população. Será feito apenas um recorte de um tópico, mas não se exaure a possibilidade de estudo desta localidade.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa é verificar se a proposta do governo do estado de Goiás ao criar a agrovila foi efetivada e como está a cidade no atual contexto socioeconômico.

---

<sup>1</sup> Pedagoga, especialista em Gestão de Escolas Públicas, Pós em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, aluna do curso de mestrado Territórios e Expressões Culturais do Cerrado na UEG.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O procedimento metodológico é de abordagem bibliográfica e documental, por meio de Leis, Decretos, livros, teses e artigos já publicados que abordem a temática. Foram utilizados os dados estatísticos relativos à produção agrícola e utilização de área, disponíveis na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB). Esses dados foram organizados em tabelas e gráficos elaborados por meio do *software* da *Microsoft o Excel*. As bases para a construção de produtos cartográficos foram os programas Qgis e Google Earth

## **2. Criação da Colônia Agrícola Vale do São Patrício e agrovila - Rubiataba**

As reflexões iniciais partem da afirmação de Moraes (2002, p.65), pois este autor assevera que: “é importante recuperar a história da formação dos territórios atuais, num resgate retrospectivo dos processos que levaram à conformação das áreas de dominação estatal, [...]”. O processo de expansão do território tido como desocupado ou improdutivo foi e será sempre um processo doloroso, de exclusão e ou exploração, pois parte do conceito de alguns de que a área não tem “dono” e que ela deve tê-lo. E para corroborar nesta linha de pensamento, recorreremos a Santos, (2001, p.77). Quando o autor aborda a aplicação de soluções técnicas para resolver algumas questões, surgem novas necessidades e o pesquisador afirma textualmente que “[...] na história do território, a aceleração constitui mais um dado da política do que, propriamente da técnica”. Esta afirmativa serve para entender as ações políticas para expandir o território ocupado e acelerar o processo produtivo e desenvolvimento de determinadas áreas.

E politicamente, no governo de Getúlio Vargas, foi desenvolvido um projeto para incentivar o povoamento, o desenvolvimento econômico e a modernização sociocultural de regiões pouco habitadas, resultando assim em oito Colônias Agrícolas, em distintas Unidades Federativas do território brasileiro. O projeto foi oficialmente lançado em 1938, com o objetivo de colonizar as terras da região centro oeste até a Amazônia, e foi intitulado Marcha para o Oeste. Foram criadas instituições que poderiam fornecer informações importantes para a formulação e implementação de políticas de povoamento do sertão, tais como Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Cartografia, Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este último de 1938.

O então Presidente do Brasil Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, que “Dá nova organização aos núcleos coloniais.” Esse decreto definia as regras para o estabelecimento das colônias, isto é, a concessão de terras e regras para a

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

utilização. Ou seja, houve o estabelecimento detalhado de normas por meio de decretos federais para a estruturação das Colônias.

Castilho (2009) expõe que o programa foi amplamente divulgado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que era responsável pela propaganda oficial do governo getulista e pela censura. O projeto conhecido como Marcha para o Oeste, foi apresentado pelo Presidente Getúlio Vargas no discurso:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: — dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. (BRASIL, 1938, p.124)

Os demais documentos oficiais de implantação definiam que as pessoas que se dispusessem a participar receberiam amplo apoio do Governo, visto que este projeto de desenvolvimento foi permeado por uma série de fatores que contribuíram para a sua execução.

Entre eles a primeira guerra mundial, a perspectiva de desenvolvimento industrial, incentivada pelo Governo Federal e pelos interesses privados e políticos, “extinção dos partidos políticos, de organização da justiça nacional e regulamentação dos proventos no serviço público civil” (BRASIL, 1938, p.123). Havia um objetivo, dentre outros, que incentivaria a população a deslocar-se de centros urbanos desenvolvidos para regiões desertas.

Para Freitas (2014, p.475), o projeto Marcha para o Oeste, trazia a ideia de uma segunda conquista do território pátrio expansionista, que ao ser implementado criou colônias habitacionais em vários estados: Goiás, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Maranhão. O princípio do projeto era de que a produção agrícola das colônias iria por consequência contribuir para o desenvolvimento econômico do País. Esta reorganização territorial traria modernização, integração e valorização dos espaços.

Getúlio Vargas em discurso do lançamento da transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia deixa claro que iria contribuir com o estado para o desenvolvimento do potencial econômico por meio de melhoria nas redes de transporte. Este pronunciamento trouxe uma concepção de ligação entre a Marcha para o oeste e a transferência da capital, este

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tema foi objeto de estudo por Silva e Mello<sup>2</sup>, apresentam que Goiânia, foi idealizada em 1930, e representa o marco concreto da Marcha para o Oeste.

Paula (2007) apresenta em seu artigo que a primeira Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) a ser instalada foi criada por meio do Decreto Lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1941, estabelecendo critérios e exigências para receber e fixar os colonos. Em termos de legalização, este Decreto Lei determinou que:

[...] Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. (BRASIL, 1941).

Estas colônias de habitação visavam preferencialmente aos brasileiros pobres, em especial, aos nordestinos que moravam em regiões de pouco desenvolvimento econômico. Castilho (2009) apresenta que grande parte das famílias que partiram para o sertão era oriunda do estado de Minas Gerais e utilizavam como meio de transporte inicialmente o trem para o deslocamento até a cidade de Anápolis, o restante do percurso era realizado tal qual, o das famílias, do norte, oeste e sul que se locomoviam a pé, a cavalo ou de caminhão, as condições deste deslocamento geravam um desgaste e Waibel apresenta que:

O estado físico e higiênico das famílias que chegam à colônia era geralmente deplorável: “maltrapilhos, subnutridos e atacados por males endêmicos, dão-nos a impressão da escória de um povo. Para contrabalançar, entretanto, revelam-se-nos otimistas e trabalhadores, sendo muito hospitaleiros e possuindo bom coração. (WAIBEL, 1958, p.151).

Uma questão que foi definida como de extrema importância para contribuir com o sucesso do projeto era o desenvolvimento da malha rodoviária do Brasil, o que possibilitaria o transporte da produção da região. A criação da Colônia Agrícola do Vale do São Patrício foi sendo estruturada para a fixação dos colonos. Esses desbravadores, também chamados colonos, receberam auxílio inicialmente para a construção de casas de alvenaria, com o crescimento populacional, foram reduzidos os incentivos e por consequência baixou a qualidade de vida, pois as construções passaram para casas de madeira e por último, casas de pau-a-pique.

De acordo com Castilho (2009, p.121), a população foi aumentando e criaram-se dois conjuntos populacionais um de cada lado do rio das almas. Conforme os dados do IBGE, em 1941, na margem esquerda a gleba denominada de São Patrício, recebeu o topônimo de CERES (deusa da agricultura). Dois anos depois a cidade foi criada, Goiás (1943), pelo

---

<sup>2</sup> No artigo “A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste, os autores estudam a vinculação da transferência da capital para Goiânia e o Projeto A marcha para o oeste.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Decreto-Lei Estadual nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, subordinado ao município de Goiás. A população da margem direita cresceu rapidamente com a construção da rodovia federal Anápolis-Belém, atual BR-153 – Belém-Brasília, passando a denominar-se “Rialma”, forma sincopada de “Rio das Almas”. A emancipação política pelo Decreto-Lei Estadual, nº 753, de 16 de julho de 1953, (GOIAS, 1953) instalou o município em 1º de janeiro de 1954, sendo construída uma ponte sobre o rio das almas que permite a locomoção entre as duas cidades.

Os colonizadores não poderiam se fixar temporariamente, mas corria-se o risco que “no esgotamento das riquezas buscavam outras fronteiras” (SILVA, 2011, p.24). Nesse sentido, como medida de incentivar a permanência dos colonos nas terras cultivadas foi-se, ao longo do tempo, criando-se infraestruturas mínimas na área da educação, saúde e transporte, visto que eram de extrema importância para atrair a população e incentivar a permanência na região. De acordo com Castilho (2009), foram construídos Hospitais, Escolas e uma Rodovia que no futuro receberia o nome de BR-153.

Freitas (2014) apresenta, em seu artigo, que três anos após a criação da colônia havia cerca de 10 famílias, mas a região sofreu um salto populacional com a conclusão da estrada que ligava a Colônia até a cidade de Anápolis. Assim, apenas dois anos depois, 1946, havia na Colônia cerca de 1.600 famílias. Em 1947, eram mais de 2.000 famílias, totalizando mais de 10.000 pessoas.

De acordo com Paula (2007), o Governador Coimbra Bueno (1940) influenciado pelo planejamento do Governo Federal, de expansão de território e produção agrícola define por criar uma colônia agrícola estadual às margens do Rio São Patrício. Fica evidente a ação política de situações planejadas em conjunto, tendo como objetivo incentivar a interiorização de determinado grupo de pessoas, especificamente as de menor poder aquisitivo, para acelerar o desenvolvimento e a produção de itens que de alguma forma pudesse contribuir para o crescimento econômico,

De acordo com Silva (2017), nesta colônia intitulada agrovila é proposta uma decomposição de partes da terra, que foi dividida pelos agricultores numa região situada à margem direita do Rio Novo, entre os córregos Barra Funda, Cipó e da Serra. Geograficamente bem situada, plana e cercada de matas, córregos recebeu inicialmente, em 1947, o nome de agrovila Povoado Rio Novo. FONTE?

O estabelecimento das CANGs foi amplamente amparado por decretos federais, entretanto, no caso da agrovila, não ocorreu por parte do Governo do Estado de Goiás, a publicação de atos legalizadores, ou seja, foi colocado em prática o estabelecimento da

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

agrovila, com doação de terras, sem a publicação de Ato do Governo para tal. E ainda, existem até a atualidade, na região, áreas utilizadas que não foram devidamente legalizadas, vendidas ou doadas pelo Governo do Estado de Goiás.

Rubiataba surge com uma área de 7.000 hectares circundada de pequenas áreas para chácaras destinadas ao abastecimento local de hortaliças, frutas, leite e ovos, distanciando do perímetro das pequenas propriedades rurais. Em 1947, os colonos reúnem e discutem a implantação de um Centro Popular para atender as necessidades da população existente, na região, que até então se deslocava a grandes distâncias para compra de produtos industrializados do mais simples ao mais complexo. A fundação da cidade de Rubiataba foi idealizada e realizada pelo engenheiro agrônomo Oscar Campos Júnior, que a concebeu em 1948. No primeiro Registro consta o nome da cidade Rubiataba, não há qualquer menção à agrovila.

De acordo com o IBGE, em 1950 o município possuía 14.761 habitantes e, em 1951, contava com mais de 20.000 pessoas habitando os arredores da cidade. Na região, existia cafezal nativo, cultura que dominou o local na época, além disso, ainda vivia por lá índios tapuias. A ideia para a escolha do nome da nova cidade: Rubiataba (de Rubiácea), família botânica que pertence ao café, e de (taba) que no idioma tupi significa aldeia de índios. Os dados do site do município informam que a cidade planejada se desenvolveu rapidamente, passando diretamente de povoado a município, Goiás (1953) em 12 de outubro de 1953, pela Lei Estadual nº 807. E ainda:

[...]O tamanho total de seu território é 748,264 km<sup>2</sup>, a população estimada segundo dados do IBGE (2018) é de 19.815 habitantes, quem nasce em Rubiataba (gentílico) chama-se: rubiatabense. As coordenadas geográficas de Rubiataba, Goiás são: latitude: -15.1617 e longitude: -49.8048, [...]

A cidade de Rubiataba, na ocasião de sua criação, teve suas ruas e avenidas recebendo nomes de frutas e madeiras, (avenida: Jatobá, Aroeira, rua: canela, peroba, pau brasil, etc.) como forma de homenagem à natureza. Araújo<sup>3</sup> detalha o surgimento e o desenvolvimento da cidade, além disso, adverte que sua base produtiva foi pouco diversificada, distribuída entre produção de café, milho, arroz e feijão.

De acordo com os dados do IMB (2019), o clima da cidade é tropical semiúmido, com duas estações climáticas, de maio a outubro, seco e de novembro a abril chuvoso. Em termos de hidrografia, um município rico, pois ali nasce o Rio Novo, que corre de oeste para leste e

---

<sup>3</sup> No artigo: Formação territorial do município de Rubiataba (GO): colônia agrícola, rede urbana e atividade sucroalcooleira (1950-2012), apresenta do resultado do estudo sobre a formação do município.

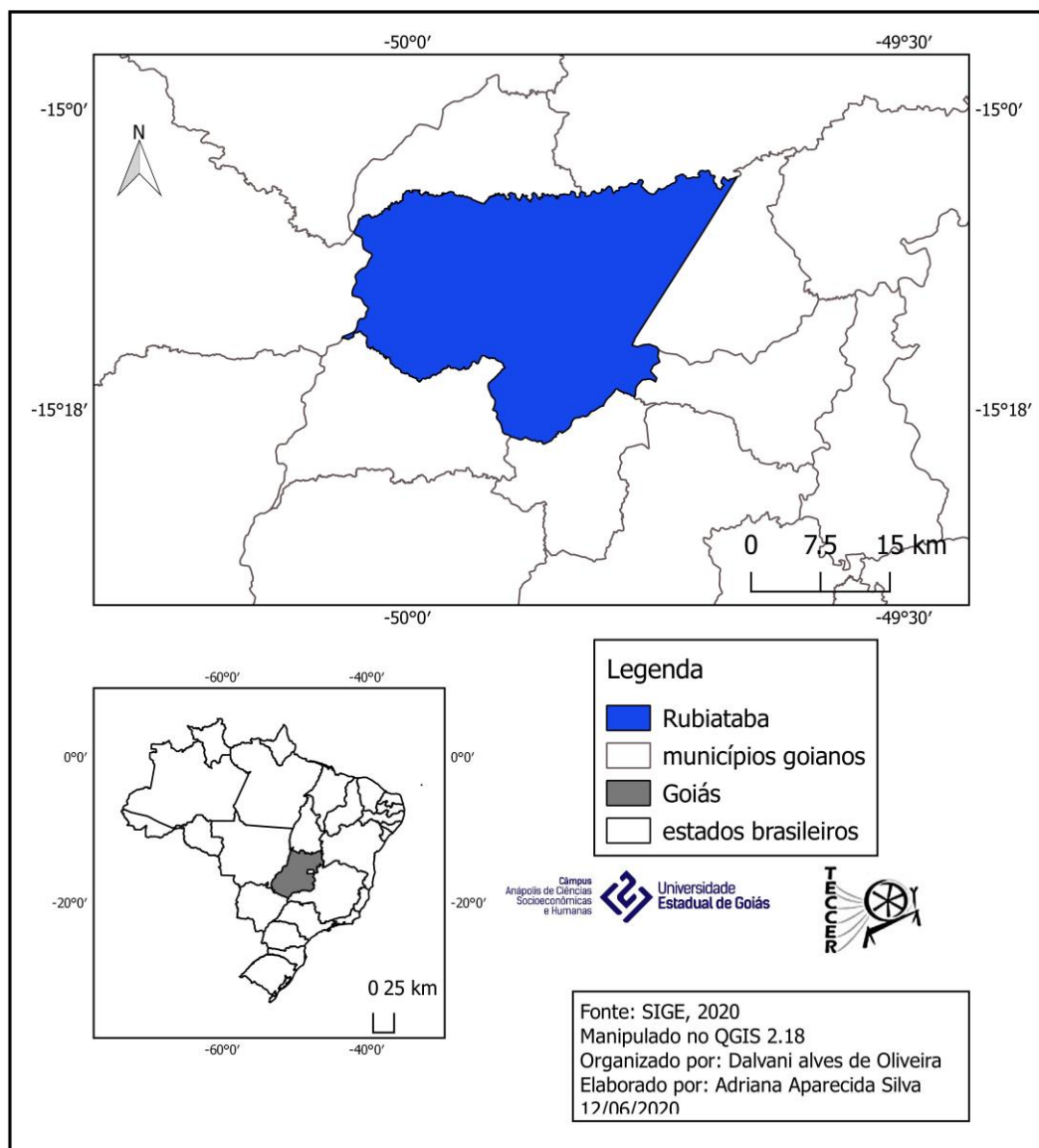
# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

deságua no Rio São Patrício que faz a linha divisória com os municípios de Itapaci e Nova América. Possui ainda os córregos Grande, Patrona, Água Fria, da Serra, e outros.

O relevo é predominante de terras planas, de vegetação, cerrado e matas. A área de 150.000 hectare de terras de cultura, dividida em quinhões de 10 alqueires goianos, doados a agricultores vindos de diversas partes do país. Eles são os pioneiros: José Custódio, Manoel Francisco do Nascimento e Gabriel Pereira do Nascimento, que chegaram à região em 1945.

A figura -1 apresenta o mapa da cidade e sua localização no País, o que permite a visualização de posição de centralidade, facilitando sobremaneira o escoamento de produção para qualquer parte do Brasil, de uma ponta a outra.

**Figura – 1** – mapa do município de Rubiataba, 2020



# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A Pesquisa tem uma abordagem bibliográfica e documental e o critério da escolha deste método se deve à definição desta modalidade estabelecida por Gil, (2008, p.44): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos.”

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica constituída de dados secundários: artigos publicados na base de dados do Google Acadêmico; periódicos científicos, teses e dissertações. Além disso, foi feita coleta de dados quantitativos, obtida nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Mario Borges (IMB).

Na análise documental, foram utilizados dados primários constituídos de Atos legais, Decretos e Leis, emitidos pelos Governos Federal e Estadual, relativos ao estabelecimento de Colônia Agrícola e agrovila. Esses dados estão disponíveis nas páginas oficiais dos governos federal e estadual, isso foi feito para se entender a constituição legal do município.

Os dados coletados, na pesquisa, foram organizados em tabelas e gráficos elaborados no aplicativo editor de planilhas da *Microsoft, o excel*; estas informações também foram base para a produção cartográfica, que foram elaboradas em aplicativo de software livre e código aberto o Qgis e Google Earth.

## 4.RESULTADOS

### 4.1 População censitária 1980 a 2010

Os Dados censitários constantes na página do IMB demonstram uma mudança no perfil do município, onde havia uma predominância de uma população rural e por consequência trabalhadores e produtores rurais.

A tabela 1 apresenta os números relativos a essa migração da população rural, a redução da população rural em 30% em 1980 e em 2010, aumenta significativamente para 83,13%. Essa alteração de população rural para urbana pode ser um fator que evidencia a alteração no modo de produção. Para detalhar seria necessário investigar pormenorizado os catalizadores desta mudança que podem ter origem na venda de pequenas propriedades aos grandes fazendeiros, ou até mesmo mudança da produção que não exigiria a permanência do produtor na zona rural. Entretanto o que pode depreender dos dados é que houve uma mudança radial na população e por consequência produção rural.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**Tabela 1 - População Censitária** do município de Rubiataba - 1980 a 2010

Anos	Quantidade		Variação Percentual (%)
	Urbana	Rural	
1980	11.980	8.378	-30,07
1991	12.594	4.092	-67,51
2000	15.206	2.881	-81,05
2010	16.184	2.731	-83,13

**Fonte:** Instituto Mauro Borges, 2020

## 4.2 Produção agrícola 2000 a 2015 e uso do solo

Ao proceder a análise dos dados sobre a produção agrícola, chama a atenção para a produção de arroz sequeiro, uma redução de produção de 2000 até 2015 em 98,75% já a produção da cana de açúcar um crescimento no mesmo período de 125,96%. É uma mudança drástica na produção agrícola em apenas cinco anos. Os dados da tabela 1 e da 2 estão interligados, pois a mudança na população de rural para urbana, resulta na alteração de produção comprovada pelo salto na produção de cana de açúcar. Isso é consequência do crescimento da usina de produção de álcool, incentivado pelo desenvolvimento econômico de transporte do país.

**Tabela 2 - Produção agrícola** do município de Rubiataba - 2000 a 2015

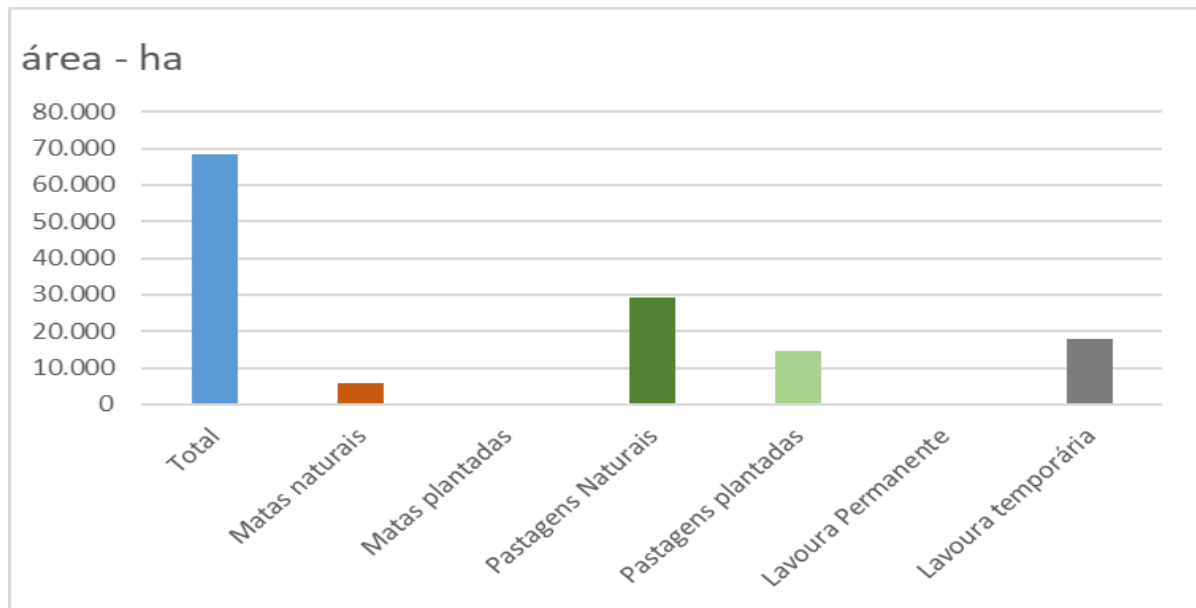
Produto	Quantidade (t)				Variação Percentual (%)
	2000	2005	2010	2015	
Arroz – sequeiro	3.600	900	240	45	-98,75%
Milho	9.600	4.650	2.450	1.250	-86,98%
Outros grãos	-	5.594	2.810	1.295	
Mandioca	3.200	900	-	-	
Cana de açúcar	157.500	280.000	494.699	355.881	125,96%

**Fonte:** Instituto Mauro Borges

No gráfico 1, apresenta-se a área plantada na região, por tipo de cultura, com predominância da lavoura temporária e pastagem natural, o que define a alteração do perfil do município, de produção de grão para produção de cana de açúcar.

**Gráfico - 1** Utilização de áreas de terras por tipo de cultura - Rubiataba/GO – 2006

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



**Fonte:** Instituto Mauro Borges – 2020 – organização autor

Para elucidar os termos utilizados neste gráfico, apresenta-se a definição do IBGE, com pequenas alterações no texto: Lavoura permanente refere-se à área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos.

Foram incluídas, nesta categoria, as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes. Já as lavouras temporárias, são as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

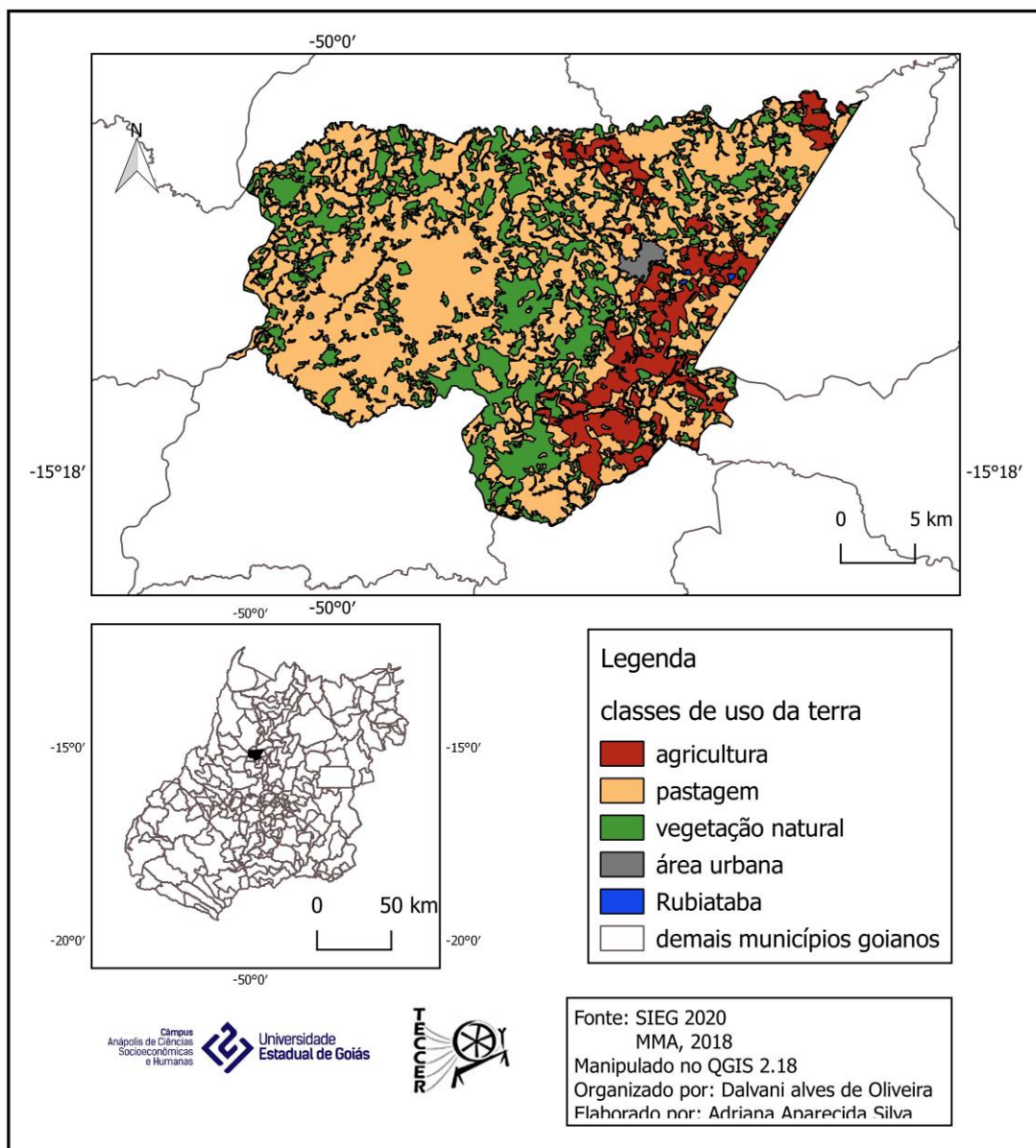
Pastagens naturais são as áreas para o pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato. As pastagens plantadas são as formadas mediante plantio. E as matas naturais são as áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais. Enquanto as matas plantadas são as plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.

Na análise do gráfico percebe-se que há uma exploração da terra, sem a preocupação com a natureza, pois é pouca a quantidade de área ocupada com lavoura permanente e matas plantadas, já a área utilizada com a lavoura temporária é grande, o que nos leva a confirmação de que é a predominância do cultivo da cana de açúcar.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A figura 2 permite uma visualização da área total da cidade e a utilização da terra, está evidente a predominância de áreas de pastagem e o espaço urbano é exíguo em relação à área total. O espaço de vegetação natural sem concentração é pulverizado em toda a região, o que é explicado pelo relevo predominante de terras planas, assim, sendo favorável a utilização produtiva de grande extensão do território rubiatabense.

**Figura – 2 Mapa de uso do solo 2018**



# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## 4.3 Produção Industrial

Em 1983, foi fundada a Usina Cooper-Rubi uma sociedade cooperativa, organizada de acordo com, Brasil (1971), a Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. A unidade entrou em operação em 1986, produzindo Álcool Etílico Carburante. O mercado sucroalcooleiro vivia um bom momento e a Cooper-Rubi se desenvolvia com sucesso a cada safra. Em 1987, o país vivia o ápice de sua produção de álcool, chegando a um total de 12,3 bilhões de litros, graças ao Proálcool - Programa Nacional do Álcool - criado em novembro de 1975 pelo Governo Federal. A partir do, Brasil (1975), Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, com o objetivo de estimular a produção do álcool no país, visando atender as necessidades dos mercados interno e externo.

Em 1998 a Cooper-Rubi iniciaria a fabricação de Álcool Anidro, mantendo uma média de moagem de 354.000 toneladas de cana/safra, sobrevivendo às intempéries do mercado e contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Com a chegada da era Etanol<sup>4</sup>, a Cooper-Rubi passa por mais uma série de mudanças, na safra 2007 ocorre a introdução da colheita mecanizada da cana de açúcar. Em 2013, foi implantada a Fábrica de Açúcar com capacidade instalada para produção de 2,5 milhões de sacos de açúcar/safra. A usina atualmente produz Etanol Anidro e Hidratado, açúcar cristal e energia elétrica por meio da biomassa (bagaço de cana), que é utilizado em consumo da própria usina, é autossuficiente em energia elétrica no período de safra.

A produção moveleira do município é caracterizada predominantemente, por móveis residenciais, tais como: cozinhas, salas de estar e jantar, quartos e banheiros; além de móveis comerciais, para escritórios, expositores, escolares, hospitalares e para hotelaria. Estas empresas, para a produção, necessitam além da matéria principal, que é a madeira, de outros insumos: colas, tecidos, tintas, vernizes e componentes (dobradiças, fechaduras, puxadores, dentre outros) que são oriundos de outras regiões.

De acordo com as informações da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ, 2020), os cinco municípios com maior produção de móveis (polos moveleiros) no ano de 2015 em Goiás são, em ordem decrescente: Goiânia (923 empresas), Aparecida de Goiânia (356), Anápolis (198), Valparaíso de Goiás (118) e Rubiataba (117). O APL Moveleiro de Rubiataba contribuiu para o desenvolvimento produtivo e manutenção do título de cidade moveleira do Vale São Patrício, as 117 empresas moveleiras em termos de porte são distribuídas em: médio

---

<sup>4</sup> Maiores detalhes sobre o surgimento do etanol como combustível consultar a obra referenciada neste de Altacir Bunde.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- 01, Micro/Pequeno - 90 e Não Informado - 26. A empresa Estofados Solar é constituída pelo elo entre sede, fábrica e depósito (uma única localização) e as filiais de venda distribuídas em várias cidades.

As atividades das empresas moveleiras são importantes para a geração de empregos, visto que isso contribui para que a população não necessite migrar para outras cidades e para a fixação de capital na cidade.

A atividade moveleira, a usina e a área de serviços públicos são os maiores geradores de renda. A oferta de bens e serviços, atividades terciárias contribuem também para a organização social do trabalho.

Mas a grande geração de empregos está em torno da Usina de Álcool seguida pelas outras indústrias. E quanto à usina, ela para se estabelecer com sucesso necessita de condições adequadas de terreno e água.

De acordo com Silva (2011, p.39 e 40), a produção em crescimento entra em conflito com o meio ambiente, a biodiversidade e as relações humanas<sup>5</sup>. Já no processo de expansão de produção a indústria investe em melhoria de equipamento e aumento da área plantada. E ao fazer isso, neste caso, as áreas plantadas assumem áreas de pastagem e avançam sobre alguns biomas, efetuam desmatamento em áreas nativas, invadem áreas de preservação permanente e reservas legais.

As questões relativas aos impactos causados pelas indústrias devem ser analisadas com base no que está instituído, pelo, BRASIL (2020), Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA que é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA. Ele dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, trata de regras gerais. Existem várias questões que devem ser analisadas para verificar quais são os impactos ambientais provocados pela produção industrial no município. E para classificar os impactos “[...] deve contemplar os aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos. E também considerar” (BERTÉ, 2013, p.126 e 127).

Aqui será abordado apenas um aspecto, a figura 03 apresenta um comparativo do uso da terra considerando a região entre 2003 (antes da instalação da agroindústria) e 2016 (após a instalação da agroindústria). É possível perceber a degradação ambiental relativa à parte hídrica e a perda de vegetação natural em um curto período de treze anos. E neste quesito, coaduna-se do entendimento de Silva (2011, p.40) quanto à necessidade de haver um

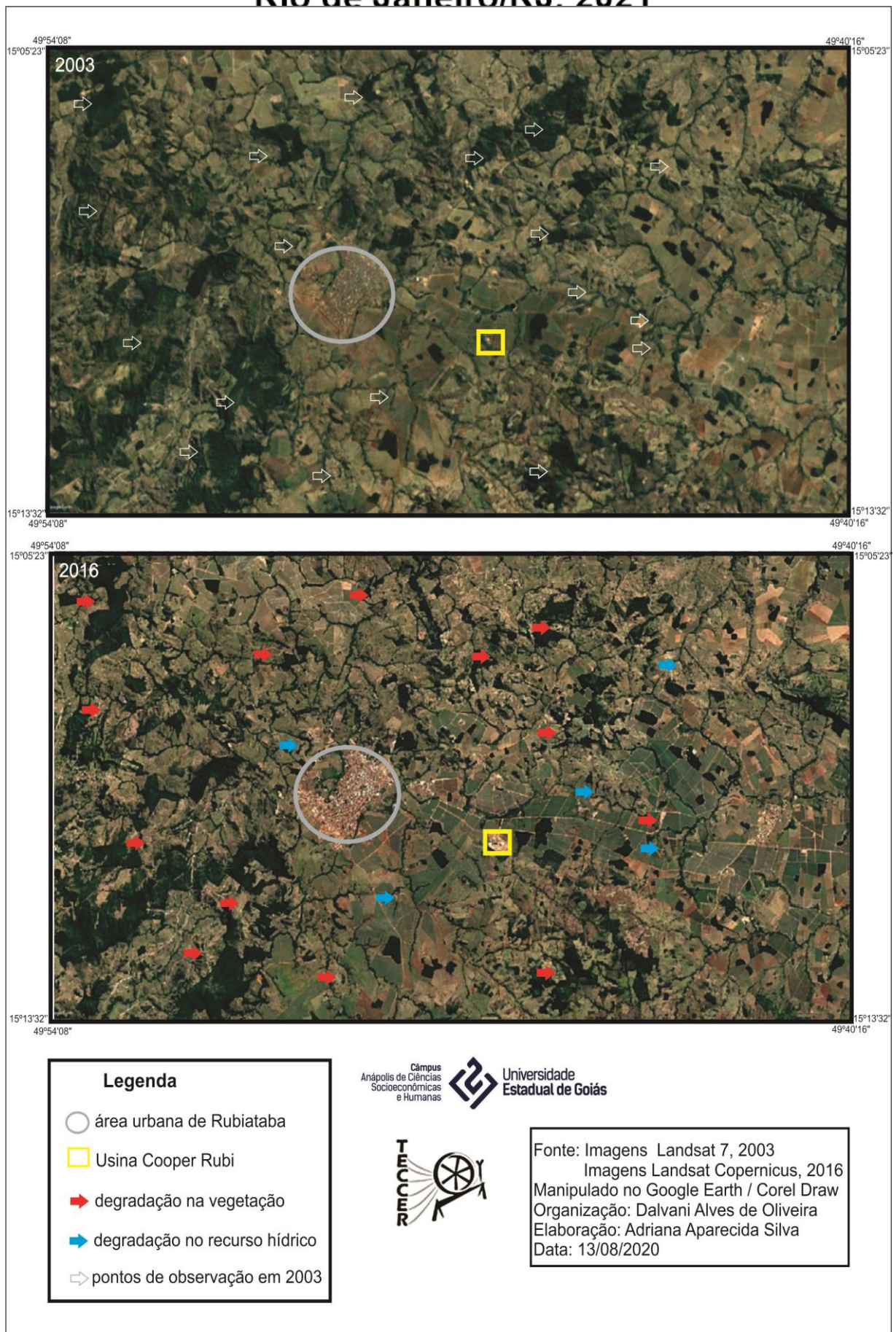
---

<sup>5</sup> Bunde em sua obra Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás, aborda a questão do pequeno produtor e os impactos do uso de agrotóxicos e expansão da área plantada de forma bem detalhada.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

monitoramento da expansão das áreas de plantio da cana e ainda o estabelecimento de políticas públicas, visto que isso afeta a população rural, que sobrevive da diversidade e atinge também aos pequenos produtores de outros produtos.

Figura – 3 Mapa de degradação na vegetação e no recurso hídrico período de 2003 e 2016



# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

De acordo com Cardoso et al (2016), o discurso de que o etanol é uma energia renovável abre horizontes para a sua crescente produção calcada no discurso de preservação, quando existem estudos que apontam para o uso direto e indireto da terra ser uma agricultura dependente de combustíveis fósseis e com utilização extremada de fertilizantes e venenos os quais entranham na terra, poluindo terra, água e ar. Propaga-se que o etanol é um combustível limpo, e nesse sentido o estudo dos professores e pesquisadores Doutores da área de Química Ambiental Arnaldo Alves Cardoso, Cristiane de Melo Dias Machado e Elisabete Alves Pereira, (2016) intitulado “Biocombustível, o Mito do Combustível Limpo”<sup>6</sup>, discute os aspectos ambientais gerais sobre o uso e a produção de biocombustível, desmistifica o ecologicamente correto.

Diante da crescente necessidade de produção o aumento das áreas plantadas é uma consequência, e temos um cenário de perspectiva do esgotamento dos recursos naturais, e “a lógica do processo de acumulação de capital, que conduz a uma incessante mercantilização de todos os componentes da vida, seja ela humana, animal ou vegetal” (BUNDE, 2018, p.52) Neste afã de enriquecimento não reside o respeito ao natural, não se pensa nas consequências do desmatamento, soterramento das nascentes e uso excessivo de produtos químicos na terra.

É relevante também a questão educacional do município, para o atendimento à Educação Básica é uma cidade bem suprida, possui 01 (um) colégio militar e 09 (nove) unidades escolares para atender a população rubiatabense. E nos distritos de Waldelândia e Bragolândia existe um colégio em cada uma. Quanto ao Ensino superior, tem a Faculdade Evangélica de Rubiataba vinculada à UniEvangélica de Anápolis, é oferecido curso de Administração e Direito; e ainda um polo de Educação à Distância da UNOPAR.

## **5 - Considerações finais**

A formação do território ocorreu por meio da definição de sua área que foi dividida em quinhões de 10 alqueires goianos, doados a agricultores vindos de diversas partes do país os pioneiros. A divisão do trabalho à época foi de proprietários, meeiros e trabalhadores rurais. Os dados de produção agrícola da cidade evidenciam uma mudança progressiva, pois, de acordo com os estudos, a agrovila foi idealizada para a produção hortifrutigranjeiros. Entretanto, como não houve aporte de recursos para apoio e incentivo aos pequenos produtores, eles foram ao longo dos anos saindo do campo para a cidade.

---

<sup>6</sup> O artigo completo disponível, é interessante e consta nas referências.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os agricultores que ali se estabeleceram eram oriundos de um sistema produtivo em que a cultura era: exaurir o espaço produtivo e dali partir para outro, ou seja, não existia na época um preparo para utilização dos recursos e da terra com planejamento produtivo.

Ficou evidente nos estudos que o sistema produtivo do município foi e é fundamentalmente de exploração de recursos naturais, isto é, a produção moveleira com utilização de madeira, a usina de álcool que em virtude da demanda de mercado, aumenta substancialmente a produção, com expansão da área plantada, e na busca de maior produção e lucro alarga o uso de cargas de fertilizantes, agrotóxicos máquinas pesadas para a produção e colheita.

Este pequeno estudo bibliográfico perpassou pela criação da cidade, a distribuição de terras foi realizada de forma a reafirmar o poder dos grandes proprietários e esmagamento dos trabalhadores. Ao longo dos anos, a evolução da cidade e sua definição de vocação produtiva teve pouca alteração, pois existe ainda ênfase na monocultura para a cana de açúcar. O crescimento desta produção se deve a vários fatores e defesas equivocada de que o álcool é um biocombustível totalmente renovável. Neste item, esquece-se que a sua produção passa pelo uso de combustíveis fósseis, mas existem questões políticas envolvidas que transcendem o limite de explanação deste texto. E neste sentido, os gestores públicos têm à frente de sua atuação a função de atentar para um planejamento voltado para a especificidade da produção da cidade que tem como principal foco o cultivo de cana de açúcar, indústria moveleira, de confecção e serviços públicos. Além disso, eles têm o dever de incentivar outras fontes produtoras e por consequência garantir a empregabilidade da população jovem.

Nos estudos realizados, percebe-se que existe uma concentração de poder, na indústria de: produção de álcool e açúcar, moveleira, confecções, (que não foram citadas pontualmente, mas que representam uma parcela significativa de geração de renda) e esta mesma concentração de poder existe ainda nas grandes fazendas. O debate e os estudos de pesquisadores podem fornecer ao poder público informações extremamente úteis para o estabelecimento de políticas públicas que visem garantir para a população futura um espaço de vida saudável.

É também importante inserir nas discussões itens que visem a proteção de suas fontes de água e a natureza como um todo, pois o município é bem provido de rios, córregos e nascentes. Além disso, discutir como o cultivo da cana de açúcar afeta a água, o ar e por consequência a saúde da população.

E ainda, não é o suficiente pensar no crescimento econômico, visto que é necessário pensar sobre como esse crescimento é realizado, atentar para as condições de vida da

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

população em geral, atentar para os desequilíbrios de riqueza, fartura do crescimento em detrimento ao meio ambiente regado à degradação ambiental e poluição. A ideia inicial dos colonizadores era esgotar a terra com a cultura e exploração e mudar de lugar quando o atual exaurisse e percebe-se que não houve mudança cultural quanto ao respeito à natureza.

## Referências

ARAÚJO, L. C. **Formação territorial do município de Rubiataba (GO): colônia agrícola, rede urbana e atividade sucroalcooleira (1950-2012)**. 2013. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/18583>. Acesso em: 01 jun 2019.

BERTÉ, R. **Gestão Sócio Ambiental no Brasil**. Ed. 1 ed. Curitiba-PR. Intersaberes, 2013.

BRASIL, **No limiar do ano de 1938**. Biblioteca da Presidência da República Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/08.pdf/view>. Acesso em: 23 ago 2020.

BRASIL, **Ministério do Meio Ambiente** 2020 Disponível: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/> Acesso em 23 ago 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Ceres, Goiás Histórico** Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/ceres.pdf> Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Rialma, Goiás Histórico** Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/rialma.pdf> Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Censo Agropecuário**. Disponível: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm> Acesso em: 01 jun 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Estatísticas Municipais - Séries Históricas**. Disponível: [http://www.imb.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=91&Itemid=219](http://www.imb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=219) Acesso em: 13 abr 2019.

BRASIL, **Decreto-Lei n. 3039, de 14 de fevereiro de 1941**, Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 maio 2020

BRASIL. **Decreto Lei Nº 2009, de 9 de fevereiro de 1940**. Dá nova organização aos núcleos coloniais. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/2/1940, Página 2433 Disponível:

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL, **Decreto nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941**, Cria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Disponível: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/139404-cria-a-colonia-agricola-nacional-de-goias.html> Acesso em: 11 maio 2020

BRASIL, **Lei nº 5.764, de 16 e dezembro de 1971**, Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm) Acesso em: 11 maio 2020

BRASIL, **Decreto Lei nº 403, de 20 de maio de 1946**, Confirma a doação de terras devolutas ao Governo da União, para o efeito de fundação de uma colônia Agrícola Nacional. Disponível: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto\\_lei/1946/decreto\\_lei\\_403.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto_lei/1946/decreto_lei_403.pdf) Acesso em: 11 maio 2020

BRASIL, **Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975**, Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 maio 2020

BUNDE, A **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás**. 1 ed. Curitiba-PR, CRV, 2018.

CARDOSO, A. A. Cristine de Mello Dias MACHADO, C. M. D, PEREIRA, E. A . **Biocombustível, o Mito do Combustível Limpo**. 2007 Disponível: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc28/03-QS-3207.pdf> Acesso em: 21 jun 2020.

CASTILHO, D. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (cang) e a formação de Ceres-go – Brasil**. 2009. Disponível: [https://laboter.iesa.ufg.br/up/214/o/A\\_CANG.pdf](https://laboter.iesa.ufg.br/up/214/o/A_CANG.pdf). Acesso em: 01 jun 2019.

FREITAS, W.A.; MELLO, M., **A colônia agrícola nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território**. 2014. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v26n3/0103-1570-sn-26-3-0471.pdf> Acesso em: 01 jun 2019.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo Atlas, 2008.

GOIÁS, **Decreto Lei 3704, de 04 de novembro de 1940** Dispõe sobre a doação de terras ao governo da União, Disponível: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto\\_lei/1940/decreto\\_lei\\_3704.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto_lei/1940/decreto_lei_3704.pdf) Acesso em: 11 maio 2020

GOIÁS, **Lei N. 807, de 12 de outubro de 1953**, Cria o Município de Rubiataba e dá outras providências, Disponível: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/1953/lei\\_807.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1953/lei_807.pdf) Acesso em: 11 maio 2020

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GOIÁS. **Lei nº 767, de 4 de setembro de 1953.** Cria o Município de Ceres e dá outras providências Disponível: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/90337/lei-767](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90337/lei-767)  
Acesso em: 13 abr 2019.

GOIÁS. **Lei nº 753, de 16 de julho de 1953.** Cria o Município de Rialma e dá outras providências Disponível: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/90336/lei-753](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90336/lei-753)  
Acesso em: 13 abr 2019

GOIÁS, Instituto Mauro Borges (IMB) **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**  
Disponível:  
[https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14&Itemid=218](https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=218)  
Acesso em: 29 nov 2019.

**História da Cooper Rubi.** Disponível: <http://www.goiascooperativo.coop.br/noticias/13-05-2011-cooper-rubi-prepara-se-para-entrar-no-mercado-de-acucar/> Acesso em: 29 nov 2019.

MORAES, A. C. **Território e História no Brasil**, Hucitec. 2002

PAULA, M. C.; SILVA C. M.; CORDEIRO, F. H.. **O impacto das políticas públicas e a importância da cooper-rubi desenvolvimento de Rubiataba no Estado de Goiás.** 2007.  
Disponível: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewFile/408/339>  
Acesso em: 29 nov 2019.

PIETRAFESA, J. P.; SILVA, S. D. **Transformações no Cerrado: Progresso, Consumo e Natureza** 1 ed. PUC Goiás. 2011.

QUINTELA, A. C. **Os sucessos urbanos da colonização agrária em Goiás.** Disponível:  
<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48231> Acesso em: 21 jun 2020

REIS, C. F. Thalita Zanol FERREIRA, T. Z., MORAES, A. C. **Caracterização da cadeia moveleira goiana,** 2015. Disponível:  
<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1040218/1/Doc.286CaracterizacaoCadeiaMoveleiraCrisReis.pdf>. Acesso em: 29 nov 2019.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e sociedade no início do século XXI,** Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A, Rio de Janeiro.2001.

SILVA, G. G; MELLO, M **A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste** Disponível: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/19799/14707>  
Acesso em: 21 jun 2020.

SILVA, U. C. **Organização Espacial e Morfologia da Cidade de Rubiataba-Goiás,** 2017  
Disponível: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7980> Acesso em: 21 jun 2020.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 307 p.